

ATA DA 354ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
Realizada em 10 de setembro de 2018

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às treze horas, teve início a trecentésima quinquagésima quarta Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CEDCA - PE**, na sua sede, localizada na Rua das Ninfas, 65, Boa Vista, Recife, PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros: **Arnaldo** Garcia de Alencar **Sampaio**, titular da Associação de Caratê *Goju-Ryu* de Pernambuco; Daniélle de Belli Claudino, suplente do Gabinete do Governador; José Rinaldo Carvalho, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social- **SDS**; Eduardo Gomes de Figueiredo e Adriano Lopes de Amorim, titular e suplente da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - **SJDH**; Mallon Francisco Felipe R. de Aragão, titular da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – **ADASE**; Carmem Lúcia Galvão, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – **SDSCJ**; Raimundo Ferreira de Arruda, titular da Secretaria Estadual de Educação - **SEE**; Romero José da Silva, suplente do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – **GAJOP**; Natuch Pinto de Lira, suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – **CENDHEC**; Danielle Bezerra, suplente do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – **CEDAPP/Pesqueira – PE**; Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade, Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – **CIEE/PE**, Eliane Maria de Castro Silva, suplente da Inspeção Salesiana do Nordeste do Brasil - **ISNEB**; Solange Maria de Souza Loureiro, suplente da Secretaria Estadual de Saúde – **SES**; Maria José Rodrigues, titular da Secretaria de Planejamento e Gestão - **SEPLAG**. Registra-se a presença da equipe técnica do **CEDCA/PE**: Rosa Barros, Ana Leão, Kalline Gabrielle da Silva, Sheila Marques, Jacqueline Bezerra, Ermínia D'Oliveira, Geraldo Roberto de Souza, Irani do Carmo Silva, Gicélia Souza, Márcia Santos. Registra-se também a presença de Silvino Neto, da Comunidade Evangélica dos Órfãos – **CEO** e Fernando Bezerra Mariano, Conselho Tutelar de Igarassu. O presidente do Conselho, Arnaldo Sampaio inicia os trabalhos, após verificar o *quórum*. Em seguida, fez a leitura da pauta e submeteu ao regime de votação as atas das Assembleia Ordinária 352ª, que foi aprovada com ressalvas e a ata da Assembleia Ordinária 353ª, que foi aprovada sem restrições. Também foram lidas e aprovadas, sem reservas, as atas dos Plenos Extraordinários Descentralizados 143º e 144º (realizados nos municípios de Caruaru e Palmares, respectivamente) além da aprovação da ata do Pleno Extraordinário 145º. A seguir, o conselheiro Eduardo Figueiredo lê o texto enviado pelo conselheiro Roberto Franca. Após finalizar a leitura, o presidente coloca o assunto em discussão. O conselheiro Romero Silva sugere que o referido texto seja submetido à Comissão de Ética, como deliberado na Assembleia 352ª. O conselheiro Eduardo questiona e expressa que a carta configura um pedido de retratação. No entanto, sua argumentação não foi aceita e o presidente solicita, então, que o conselheiro Eduardo apresente a relatoria sobre assunto, considerando o pedido de vistas solicitado pelo referido conselheiro na Assembleia Ordinária 353ª. Ele inicia a leitura da relatoria, na qual apresentar uma proposta para formação dessa comissão. Primeiramente, de acordo com o Regimento do Conselho, afirma que é preciso considerar a paridade. Dessa forma, a escolha seria feita em duas fases. Na primeira seriam escolhidos dois conselheiros, sendo um governamental e outro da sociedade civil, eleitos entre os segmentos e a terceira vaga seria através do voto secreto. E esclarece que se baseou na Lei Estadual 14.547, Contrato de Tempo Determinado (CTDs) para elaborar o documento. Após finalizada a apresentação do conselheiro Eduardo e algumas considerações sobre o que foi apresentado, o conselheiro Romero Silva solicita pedido de vistas sobre o referido texto. Em seguida, o conselheiro Natuch Lira apresenta relatoria sobre o mesmo tema, mas diante do que foi posto, considera que não

há discordâncias do que foi apresentado pelo Conselheiro Eduardo, porém esclarece que, pelo fato do Regimento do CEDCA/PE não trazer muitos subsídios sobre a formação dessa comissão, baseou-se no Estatuto do Servidor Público e afirma que é o que deve subsidiar a metodologia do processo. Em seguida, o presidente sugere que após aprovado, o documento seja formalizado a partir de uma Resolução. Logo após, o presidente solicita ao conselheiro Natuch a apresentação da relatoria que trata sobre o atendimento das delegacias de plantão especializadas no atendimento à criança e ao adolescente em situação de violação de direitos. O conselheiro Natuch solicita que a apresentação seja feita na próxima assembleia ordinária, pois precisa acrescentar dados ao relatório. Em seguida, o conselheiro Romero apresenta o relatório sobre as inscrições dos programas de atendimento de medidas socioeducativas nos conselhos de direitos nacional, estadual e municipal e é encaminhado ao Sociopedagógico a elaboração de instrumental padronizado para coleta de informação, o qual deverá ser apresentado no pleno de outubro. Também será lançado um edital de chamamento público para as entidades que não forem cadastrados. Ficou acordado que o conselheiro Romero apresentará a relatoria sobre o referido assunto na assembleia ordinária do mês de novembro. Depois o conselheiro Raimundo informa que apresentará a relatoria sobre a revisão dos planos na assembleia ordinária do mês de novembro. Na ocasião foi apresentado ao pleno o novo conselheiro suplente da SJDH, Adriano Amorim. Em seguida, iniciou-se a apresentação da **Câmara Temática de Comunicação**. A conselheira Hemi apresenta o Termo de Referência referente a 9ª edição do Prêmio Márcia Dangremon e sugere a aprovação. Após sua fala, o presidente coloca para votação e o Termo de Referência foi aprovado, sem ressalvas. A conselheira Hemi informa sobre a importância das indicações para o Prêmio Márcia Dangremon, fica deliberado a realização de uma assembleia extraordinária (146ª), no dia 17/09/2018, às 9h, no CEDCA/PE, para as indicações da referida premiação e à tarde, às 14h, do mesmo dia, outra assembleia extraordinária (147ª) para leitura da minuta do Edital de Convocação para Eleição da Sociedade Civil, triênio 2019 – 2022. Na ocasião foi deliberado evento para entrega do Prêmio Desembargador Romero Andrade para os homenageados que não compareceram nos dias 9 e 10 de agosto, no evento realizado em Moreno. Em relação a Nota Técnica sobre a situação financeira do CEDCA, foi instituída uma comissão composta pelos conselheiros Romero Silva, Arnaldo Sampaio e Adriano Amorim. O documento subsidiará a sugestão de pauta para coletiva de imprensa e audiência pública. Em seguida iniciou-se a apresentação da **Câmara Temática de Planejamento Orçamento e Finanças** com a exposição da proposta do Plano de Aplicação para o exercício 2019, pela Diretoria Executiva desse CEDCA, a qual não foi aprovada. Ficou acertada uma reunião para o dia 18/09/2018 com a Câmara Temática de Planejamento, Orçamento e Finanças para ajustes do plano em questão. Foi deliberado o envio para os conselheiros o relatório financeiro referente ao mês de agosto de 2018. Dando seguimento, a **Câmara de Medidas Protetivas e Socioeducativas** delibera que seja encaminhado aos conselheiros o relatório do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco – MEPCT/PE, sobre visita realizada no Centro de Internação Provisória (CENIP) /Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Arcoverde. Também fica deliberado que seja enviado ofício à SDSCJ e a Funase, solicitando o cumprimento das recomendações do Mecanismo. A **Câmara Temática de Políticas Públicas**, apresenta solicitação da Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ para inclusão do Programa Acolher na grade curricular da Escola de Conselhos. Fica deliberado que o pedido seja encaminhado ao comitê Gestor da Escola de Conselhos para análise e posicionamento. Sobre o status dos planos de políticas para crianças e adolescentes, o conselheiro Romero Silva sugere que seja socializado com os conselheiros para que até o próximo pleno sejam apresentadas propostas e sugestões para o processo de avaliação. Posto em votação, foi aprovado pelo colegiado. A respeito da solicitação do Câmara Municipal de Macaparana ficou deliberado que seja enviado o ofício informando sobre a Resolução nº 170/Conanda que trata das especificidades do funcionamento e manutenção dos Conselhos Tutelares e as obrigatoriedades do governo municipal. Em seguida, a conselheira Carmem Galvão apresenta nota técnica da Gerência de Proteção Social e Especial de Alta Complexidade - GEPAC referente a inquérito civil sobre o Comunidade Rodolfo Aureliano – CRAUR. Foi sugerido o envio do relatório de visita para análise e deliberações no próximo pleno. Logo após a Srª Tarciana Castelo Branco, a época presidente da

Comissão do Processo de escolha para conselheiro tutelar do Distrito Estadual de Fernando de Noronha informa como ocorreu o processo de escolha da Conselheira do Distrito. Fica composta a Câmara de Fortalecimento dos Conselhos Municipais pelos conselheiros: Mallon Aragão, Arnaldo Sampaio, Carmem Galvão e Adriano Amorim. Também fica composta a Comissão para a XI Conferência Estadual da Criança e do Adolescente de Pernambuco pelos conselheiros Raimundo Arruda, Arnaldo Sampaio, Mallon Aragão, Carlos Alberto, Romero Silva e Carmem Galvão. Fica deliberado que a próxima assembleia ordinária será no dia 09/10/2018. O presidente declara agradecimentos aos ex-conselheiros Tarciana Castelo Branco, Nelino Azevedo e Anelena Lopes pelos préstimos a este colegiado. Parabeniza a diretora executiva Rosa Barros pela construção da pauta conjunta. Em seguida o presidente encerra a assembleia e agradece a todos.

Arnaldo Garcia de Alencar Sampaio
Presidente do CEDCA/PE